

A ADMINISTRAÇÃO DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL VISTA PELAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E MERCADO

THIAGO CHAGAS

DISCUTINDO AS IDEIAS DE SMITH SOBRE as bases originárias da acumulação de capital, Marx expõe o papel que esta cumpre no arcabouço teórico do economista escocês, qual seja, o de ocultar o caráter violento do processo de acumulação, já que, ao concluir pela existência de uma acumulação primitiva, prévia, ao modo de produção capitalista, Smith ressalta o caráter empreendedor dos primeiros homens que aplicaram seus tesouros e riquezas na fabricação de mercadorias por meio da utilização de matérias-primas, máquinas e compra de mão de obra/salário, derivando dessa atividade o excedente ou mais-valia. Contudo, se para Marx a essência do capitalismo estava na separação entre produtor e meios de produção, foi preciso que parte dos meios de produção já estivessem sendo usurpados pelos produtores das mãos dos camponeses, ex-libertos da gleba, para que estes estivessem vulneráveis o suficiente para se submeter às novas condições de sobrevivência. A transição até o trabalho assalariado não prescindiria da corporação com seus mestres, jurados e suas leis de aprendizagem. A fábrica (estágio mais avançado) colocaria o trabalhador sob condições imediatamente mais “livres” do que essas duas antigas formas de organização do trabalho e da vida política.

Dados os primeiros passos para a gestação de uma nova forma de organização social capaz de alterar as bases sob as quais estava fundada a antiga ordem, os movimentos subsequentes dariam acabamento a esta nova correlação de forças. O fato de ter sido dada certa ênfase ao caso inglês

deve-se ao seu pioneirismo em termos de uma burguesia revolucionária e em relação à destruição das relações feudais em seu território, o que se comprova com os dados sobre a população da época, formada na sua maioria, por camponeses livres, que cultivavam suas terras nessas condições desde o século XV. Atos decretados pelo rei, figura emergente no jogo de forças e caudatária da estreante burguesia, a exemplo dos que tornaram livres os criados senhoriais, foram fundamentais para a constituição de uma massa de proletários sem terras e rendas. Em reação, os senhores feudais usurparam os bens comunais dos camponeses e deram ênfase à corrida pela produção de lã, que apresentava preços cada vez mais altos nos mercados de Flandres. O confisco dos bens da Igreja foi o último assalto às terras camponesas, já que os antigos colonos hereditários foram expulsos e estas terras foram vendidas a burgueses e a segmentos da nobreza — arrendatários e especuladores. Contra a aliança entre burgueses capitalistas, aristocracia latifundiária e alta finança, restavam, do outro lado, os pequenos camponeses e a embrionária massa do proletariado industrial.

Esse capitalismo comercial embrionário trouxe, no seu bojo, uma discussão que atravessa todo o seu processo de desenvolvimento, sendo eixo de inúmeros debates. De um lado, os liberais, na busca do protagonismo que deveria ser cumprido pela sociedade civil, constituída de cidadãos livres, votantes, empreendedores, a verdadeira expressão dos construtores da nação; de outro lado, a instituição do Estado, representando a ordem, a lei, o monopólio da violência, a segurança, a burocracia, a tributação, a diplomacia e a garantia de paz¹ para o desenvolvimento econômico e social da nação. Numerosos estudiosos debruçaram-se sobre as condições para o progresso da economia material e os impactos deste sobre a vida da população. Já no século XVIII, os economistas identificavam, nas relações econômicas, políticas e sociais atrasadas, os fatores que explicavam a falta de condições necessárias para o desenvolvimento econômico.

¹ Aqui vale apenas uma ressalva quanto à diferença entre a concertação global nos tempos feudais e a dos tempos do capital. A guerra desempenhava um artifício muito mais requisitado no feudalismo do que no capitalismo. A expansão dos excedentes seria muito mais eficiente através da guerra, o que se explica pela disparidade entre o papel do comércio na produtividade agrícola e o papel das conquistas de território sobre ela. O ritmo da guerra e o da acumulação são, necessariamente, diferentes. A rivalidade feudal era militar, levando a um conflito de soma zero, já que o território, objeto de disputa, não poderia ser expandido, mas dividido. O capital, em contrapartida, é por excelência, internacionalmente móvel, permitindo aos detentores fixarem-se numa noção e explorarem territórios sem necessariamente ocupá-los. Assim, como entendeu Kant em “A Paz Perpetua”, os emergentes burgueses estavam certos quanto a necessidade de um ambiente de paz entre as nações para a prosperidade comercial.

Entendiam estarem no debate sobre a teoria mercantilista do comércio exterior, na rigidez do sistema de corporações ou nas discussões sobre o papel do Estado na economia, as questões fundamentais a serem enfrentadas para instaurar as condições da livre concorrência sob as quais a iniciativa privada teria oportunidades de desenvolver-se. A doutrina do *laissez faire*, que fizera séria oposição aos mercantilistas, não se resumia a criticar a intervenção do Estado, mas incluía, no rol de instituições a serem removidas da sociedade, os privilégios das corporações, as restrições à importação e o livre-cambismo.

II

Contudo, independente dos debates acadêmicos em torno dos caminhos a serem perscrutados até o “Olimpo” do desenvolvimento, o papel do Estado passou a ser cada vez mais ativo. A formação dos primeiros Estados nacionais europeus, centralizados e com forças militares regulares, antes de representar uma deliberada intenção burguesa de consolidar seus objetivos, foi mais um resultado das modificações nas formas de exploração sob o regime feudal. As condições de exploração tornaram-se mais vis, as massas camponesas insurgiram-se em diversos territórios europeus e, antes de ser expressão de uma arbitragem entre os interesses da burguesia e da nobreza aristocrática, esse Estado será uma nova expressão da correlação de forças entre as classes, tendo a alcunha de *gendarme* justamente pelo seu caráter predominantemente repressivo. A monarquia absolutista, sendo aliada do aumento das trocas comerciais e da aquisição de metais preciosos, irá, com a transformação generalizada das obrigações feudais em rendas monetárias, deslocar o centro de gravidade da coerção político-legal em direção à cúpula centralizada e militarizada, reforçando as condições de repressão das massas camponesas e plebeias.

Juntas, a ameaça camponesa e a burguesia emergente moldarão as expressões desse Estado moderno burguês. A vitória do absolutismo inaugura uma nova fase da política continental europeia. A assimilação do direito romano por regiões não pertencentes à Itália, na época da Renascença, é o prenúncio de uma articulação que se propõe a ser cada vez mais global. Juristas europeus encarregaram-se de dar uma certa uniformidade às leis, vistas como um mecanismo vital para o alargamento do comércio, por meio da facilitação dos termos de troca e de garantias legais às transações. Internamente, se, por um lado, o Estado passava a intervir mais fortemente

nos aspectos políticos, mediante a centralização política, por outro lado, abria espaço para uma defesa intransigente da propriedade privada e das liberdades civis, pelo menos no tocante à burguesia.

Os Estados monárquicos da Renascença inaugurariam novas formas de domínio da nobreza sobre as massas rurais. As relações servis abolidas dão lugar a uma burguesia urbana precursora de avanços técnicos e comerciais e a caminho da manufatura pré-industrial, em escala já considerável. Contudo, é preciso lembrar que esta burguesia ainda está alijada das grandes decisões políticas do Estado bem como do direcionamento dados às finanças públicas, sempre em detrimento dos seus interesses.

Somente com as revoluções do século XVIII é que as burguesias nacionais passam a uma posição de maior destaque nos seus cenários. A essa altura, com o comércio mundial bastante desenvolvido, um certo nível de interdependência entre os mercados nacionais e uma geopolítica internacional conformada por divergências de interesses, o protagonismo da emergente burguesia já é uma realidade. Nesse sentido, chamamos a atenção para o fato de que o crescimento do poder da burguesia faz com que a sua influência sobre os caminhos políticos adotados pelas nações torne-se cada vez maior. A concentração moderna do poder econômico, expressa na fusão entre o capital bancário e o capital industrial (formação de cartéis internacionais), a nova política colonial de partilha do mundo entre as nações centrais da Europa e a exportação de mercadorias e capitais, irá modificar radicalmente as estratégias nacionais. Com sua influência interna sobre as demais classes e instituições sociais, da mídia até os formuladores de política e dirigentes diplomáticos, a grande indústria e o comércio organizado passaram a direcionar o uso do poder do Estado para auxiliar a indústria; como no caso britânico, conseguindo contratos no exterior e financiamentos; ou no alemão, com os esforços no sentido concatenar ações entre bancos e o governo como mecanismo propulsor do investimento no exterior.

III

Embora esta nova fase do desenvolvimento capitalista inaugure novas alianças políticas entre segmentos da classe dominante, os intentos intervencionistas do Estado ainda continuam a ser vistos como anticíclicos e totalmente subordinados aos interesses privados individuais. A conjunção dos efeitos devastadores da grande depressão de 1929 com os desarranjos sociopolíticos causados pela Segunda Grande Guerra não conseguirão

manter, por mais tempo, em estado latência, a ação do maior capitalista individual, o Estado. Se a centralização do poder político havia se mostrado um caminho fundamental para a eliminação das bases feudais e para um fortalecimento dos Estados nacionais, este processo, agora, passava a se verificar na economia privada,² mediante a centralização e concentração dos capitais.

O processo de desenvolvimento do capitalismo, em escala mundial, inicialmente, apresentava o modelo das companhias de comércio e navegação dos séculos XVII e XVIII. Essas organizações eram compostas por capital estatal e empresarial e movimentavam um volume de capital tal, que excluía outras firmas similares. Tais organizações foram responsáveis pela estruturação do sistema europeu de Estados soberanos e mantiveram o equilíbrio de poder europeu sob bases estatais. Mas somente na fase mais contemporânea que as organizações estritamente empresariais, especializadas em determinado ramo, atuando em múltiplos territórios e jurisdições, passam ao comando político, delegando ao Estado um papel aparentemente secundário, pelo menos no plano retórico, mas fundamental em sua essência. A integração dos mercados com a supremacia dessas empresas abria oportunidades sem precedentes a governos e empresas, embora num ambiente de cooperação e competição por fluxos de recursos e bens materiais. Essa tensão será parte constitutiva do processo de desenvolvimento do capital, embora na fase industrial os investimentos passem a se concentrar mais em instalações industriais e infraestrutura especializada, vinculadas por uma complexa cadeia de processos técnicos. As relações de complementaridade entre as unidades produtivas tornam-se mais sólidas.

A falta de coordenação e de uma política mais ativa do Estado, que teria perdurado durante a fase concorrencial, já não encontra mais um tecido social propício para sua ausência. As crises econômicas recorrentes e a desarticulação das economias nacionais debilitando os agentes privados irão precipitar um novo período de regulação. Na concepção da burguesia,

2 A integração dos processos de produção em massa com os de distribuição em massa numa só organização deu origem a um novo tipo de empresa capitalista. A internalização de uma sequência de subprocessos de produção e de troca, de insumos primários até a entrega dos produtos, permitia às empresas diminuir os custos, riscos e incertezas da movimentação de mercadorias. Internalizar num único campo organizacional atividades e transações antes executadas por empresas distintas permitiu a integração vertical concomitante à redução de custos de transação. Essa forma de organização e concentração de capital, que em 1870 era quase inexistente, em 1900 já dominava as indústrias mais ricas da economia norte-americana.

estavam claros os resultados de uma competição irrestrita. Esta leva a uma luta entre si e desperta a resistência do proletariado explorado. Sofrendo com a resistência operária e percebendo o preço da liberdade competitiva, os capitais buscam outras formas de organização para fazer face aos desafios contemporâneos do atual estágio da luta de classes. Organizam-se em cartéis, trustes, sindicatos, ao passo que ao Estado cabe a elaboração de uma legislação.

À efetivação da estabilidade e à busca por novos equilíbrios macroeconômicos soma-se a noção de política pública, como um novo paradigma sociopolítico, de viés social-democrata, tendo por objetivo uma gestão dos processos decisórios a partir de instâncias colegiadas de deliberação. É a partir dos anos 1930 e mais efetivamente no pós-Segunda Guerra, que essas ideias irão fecundar e influenciar uma série de experiências nacionais. Por outro lado, nesse mesmo período, serão observadas diversas experiências autoritárias na Europa e na América Latina, o que demonstrará como países retardatários buscaram a via autoritária no processo de desenvolvimento das suas forças produtivas.

IV

A crise de 1929, no Brasil republicano, irá solapar o seu padrão de financiamento alicerçado no mercado externo do café, debilitando as condições de reprodução da hegemonia das oligarquias cafeeiras. Muito distante de emergir novos atores fundamentais, essa crise abre espaço para a inserção de outros atores, embora sempre estabelecendo pactos com o setor agrário-exportador. A centralização do poder proporcionada pela Revolução de 1930 será um marco na construção do Estado nacional, embora sob a tutela das elites agrárias e comerciais e suas bases regionais. A ideia de uma autonomia nacional, diante do contexto de crise internacional e da crise no padrão de financiamento interno, não poderia prescindir do Estado. Precedendo experiências históricas internacionais, a exemplo do *New Deal* e das alternativas anticíclicas keynesianas propostas em *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, o Estado nacional brasileiro é forjado com a tarefa de dirigir o processo de desenvolvimento, sob vestes autoritárias e tendo como eixo fundamental a inserção na competição internacional, mesmo que isso ocorresse sob moldes nacionais. A institucionalização do capital dar-se-á de cima para baixo, à custa de uma repressão das forças sociais, a exemplo do modelo de legislação sindical escolhido e das exceções que recaiam sobre os grupos de esquerda. Em meio a isso, persiste o debate

entre a visão dos setores agrários assentados sob o comércio exportador de matéria-prima, temendo qualquer mudança mais drástica nas estruturas sociais e sempre aliado do capital internacional, e uma outra, dita nacionalista, composta pela fração dos novos burgueses emergentes, mas sem capacidade de determinar sozinha os rumos da emergente nação.

O debate, a partir de então, seria travado entre liberais e desenvolvimentistas. Ambos buscando o mesmo fim, a reprodução socioeconômica do capital, mas utilizando-se de referenciais e instrumentos teóricos nem sempre convergentes. As teses passam a colocar o Estado no centro de qualquer estratégia para solucionar os problemas da crise. A intervenção estatal deixa o seu velho *status* de transitoriedade para tornar-se perene. A participação do Estado na gestão racional da dinâmica privada coloca-se como uma possibilidade de impedir os conflitos provenientes das contradições do processo produtivo.

Contudo, essa época de harmonia entre Estado e mercado dura exatamente os anos dourados do processo de acumulação. Se houve consenso entre os anos 1950 e 1960 sobre a articulação entre instâncias públicas e privadas, diante da crise de finais dos anos 1960 já não há o mesmo ambiente socioeconômico do período anterior. Frações hegemônicas do capital, abertamente, passam a criticar o papel do Estado na economia, colocando na sua intervenção a causa da crise. A ineficiência das políticas do Estado no controle das incertezas estruturais e no combate aos efeitos da crise coloca sérias dificuldades à heterodoxia keynesiana. Nesse contexto, há uma total rejeição ao caráter de classe do Estado — tal como era visto pelos marxistas ortodoxos — e também à autorregulação do mercado — no caso do liberalismo clássico. A partir, de então abre-se espaço para novas leituras. Em meio a esse processo, as relações entre os países centrais bem como destes com a periferia seriam totalmente reformuladas. Sem resolver seus problemas internos, o centro do capitalismo exportará o ônus da crise para os países periféricos. A reversão do fluxo de capitais foi uma das vias pelas quais a periferia pagou pelos ajustes praticados nos países centrais. A dívida pública daqueles países tornou-se o canal de exportação líquida de capitais, comprometendo suas políticas internas de desenvolvimento, a expansão dos serviços sociais do Estado e atrelando suas ações às exigências do capital internacional organizado.

Estados nacionais periféricos, a exemplo do Brasil, representando suas respectivas burguesias nacionais, muitas vezes sem hegemonia interna ou

qualquer projeto próprio, rearticulam-se ao sistema global do capital sob novas condições, submetendo-se às imposições do sistema financeiro internacional e abusando da prerrogativa de rolagem dos recorrentes déficits do seu balanço de pagamentos. Taxas de juros altas, incentivos fiscais, infraestrutura e crédito ganham *status* de mecanismos “eficazes” dessas economias periféricas para atração de investimentos externos (o abundante capital fictício que circula pelo mundo). Por meio de políticas como essas, as economias aprofundam, ainda mais, sua dependência com relação a esses capitais, reproduzindo as condições de sua inserção subordinada. A ideia de um Estado mínimo passa a ser a ponta de lança dos neoliberais.

Mas como nem sempre a história segue os caminhos dos atores individuais, passados vinte anos de hegemonia neoliberal, parece que seus efeitos são menos auspiciosos do que suas promessas, desencobrando, assim, o seu véu ideológico, e descortinando suas falsas veleidades sociais. Nesse sentido, emergem, novamente, experiências que buscam a formatação de um Estado nacional, de uma política articulada de gestão da estrutura produtiva, dos serviços sociais e dos interesses nacionais. Não há dúvida de que a ambição de um projeto de nação para uma sociedade dividida em classes torna-se cada vez mais difícil de ser efetivada, principalmente em tempos de crise e sérias clivagens sociais.

Nesse sentido, ocorreu, em 9 de janeiro de 2010, em Garanhuns (Pe), um encontro que objetivava dar forma a algumas dessas ideias, e não só colocá-las no papel, mas difundi-las entre a comunidade acadêmica, e, primordialmente, entre os atores da sociedade civil. O documento organizado como resultado dos debates pautou-se sobre três pontos que se mostraram fundamentais para alicerçar a proposta de uma administração política para o desenvolvimento do Brasil. Se voltarmos um pouco na história, perceberemos que os desafios para o desenvolvimento não são poucos, principalmente se pensarmos, por exemplo, que a nossa tradição autoritária e patrimonial, ainda vigente depois das intenções previstas na Carta de 1988, é uma prática recorrente e que setores atrasados da burguesia brasileira, resistentes, por exemplo, a uma ação que se tornou comum em diversas formações capitalistas contemporâneas — a reforma agrária — figuram entre os círculos decisórios do país, tendo como uma de suas expressões mais relevantes a famigerada “bancada ruralista”.

As questões fundamentais levantadas no referido encontro estão intrinsecamente articuladas. Quando se pergunta — O que é desenvolvimento?

Para quem se destina? Quem são os gestores? Prontamente emergem os principais problemas a serem enfrentados pela proposta de desenvolvimento para o Brasil, prevista na Carta de Garanhuns. De antemão, estamos certos de que qualquer análise sobre os problemas sociais e o desenvolvimento econômico que privilegie a gestão como causa dos males, encontra dificuldades em se firmar. Embora a trajetória de estudos em administração mostre claramente as intenções de colocar esse campo do conhecimento como neutro, isso se mostra totalmente inapropriado para entender uma ação que ocorre sob o pano de fundo de uma relação de poder, em que, inevitavelmente, a política precipita. Logo, antes de colocar os males sociais no colo da falta de gestão adequada, devemos nos perguntar por que foi dessa e não daquela forma que se concretizou a gestão. Se parece claro que a distribuição de renda é melhor do que a concentração de renda, por que se opta por um modelo que é, por essência, concentrador? Mesmo se olharmos para os casos excepcionais e exemplares como os observados nos países escandinavos, por exemplo, fica clara a necessidade de outros espaços de acumulação, extranacionais, para bancar um melhor nível de renda das suas populações, e, mesmo assim, sob a lógica do capital, este nunca será eternamente garantido.

Se um projeto de desenvolvimento *per se* é uma peça de disputa política, numa sociedade dividida em classes e interesses antagônicos, é preciso ter em mente que qualquer projeto que tente conciliar acumulação de capital e aumento de salário com participação popular encontrará, em algum lugar da história, seus limites, em função dos interesses contraditórios que fundamentam as relações entre as duas classes fundamentais nas sociedades contemporâneas. O debate sobre a reforma ou a revolução para consecução dos objetivos mais nobres da humanidade ainda não está esgotado, mas evidências vêm mostrando os limites de uma reforma infinita sem alteração das bases fundamentais. Sendo assim, é preciso ter em mente que os obstáculos classistas que se impõem a qualquer projeto de desenvolvimento, que inclua ou não os grupos antagônicos.

Fica clara a necessidade de optar por qual ótica conduzir o projeto de nação. De um lado, a ótica dos dominantes, com seus modelos prontamente aplicáveis de controle e gestão social, tendo como eixo fundamental do desenvolvimento a acumulação; afinal, os interesses fundamentais estão, ontologicamente, alicerçados no processo de reprodução ampliada do

capital. De outro lado, os que sofrem em momentos de crise ou prosperidade, os que não participam dos processos decisórios, os que são chamados a dar a alma, mas só percebem o suficiente para sua reprodução e, claro, desde que tenha o privilégio de ser explorado, algo cada dia mais difícil em tempos de crise econômica e desemprego elevado. Os trabalhadores, mais especificamente os da história brasileira, em poucos momentos protagonizaram ou foram chamados a dividir o protagonismo. Sempre em condições subalternas, forjada sob um severo autoritarismo e não tendo uma trajetória longa de lutas democráticas ou mesmo de resquícios republicanos, a força política dos trabalhadores nunca chegou a ser ameaçadora para as classes dominantes. Se o fascismo varguista foi o primeiro intento industrializante no Brasil, não soube implantar seu projeto a partir de hostes democráticas, mas utilizando-se, exaustivamente, da batuta da repressão aos trabalhadores e suas lutas, com um forte regime de controle, expresso, dentre outras instituições, na própria legislação trabalhista, tão enaltecida entre os intelectuais de espírito senil. Logo, se a “Carta e Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil” propõe-se a ser inovadora, ela deve partir para a busca do apoio daqueles que, imediatamente, endossarão essas iniciativas, os seus objetivos e resultados esperados. A forma de organização, para dar cabo desse objetivo tão grandioso, tenho certeza, não está em nenhum manual, mas flutuando na história, até ser materializada pela ação conjunta, jamais individual, de grupos organizados.

Resumo

Este artigo busca, de forma sucinta, analisar a trajetória do debate sobre as condições para o desenvolvimento. Já nos primeiros esforços dos economistas clássicos esta questão seria prontamente colocada, delegando a criação das condições à concatenação das ações dos governantes e dos agentes privados. Sua atualidade é sentida nas recentes ações dos Estados nacionais diante da crise financeira, o que torna a ação deste grande capitalista menos opcional do que necessária. O momento parece então propício para mudança de visões ou pelo menos para o questionamento de certos dogmas.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Estados Nacionais; Crise Financeira.

Abstract

This article seeks to briefly examine the trajectory of the debate on the conditions for development. Already in the early efforts of the classical economists this issue would be readily questioned, delegating the creation of conditions to the concatenation of the actions of governments and private actors. Its actuality is felt in the recent actions of nation states on the financial crisis, which makes the action of this great capitalist less optional than necessary. The moment seems so conducive to change views or at least to question basic tenets.

Keywords: Development. National States. Financial Crisis.